

Bancos, o novo alvo da Receita

BRASÍLIA - No rescaldo do pacote fiscal anunciado há duas semanas pelo governo, a Receita Federal prepara agora um arrocho nos bancos, um dos setores, na avaliação do Fisco, que menos pagam impostos no país. As mudanças vão atingir também as empresas do setor imobiliário. Em projeto de lei complementar enviado à Casa Civil, o secretário da Receita Federal, Everardo Maciel, informou ao **JORNAL DO BRASIL** que está propondo a equalização das contribuições sociais pagas por instituições financeiras e não-financeiras.

O objetivo da medida é impedir mecanismos usados pelos bancos para pagar menos tributos. De acordo com o projeto, os bancos passarão a pagar a alíquota de 2% da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins), como as demais empresas.

A Receita Federal sugeriu também a redução da alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) dos bancos, de 18% para 8%, igualando-a à cobrada das empresas não-financeiras. O objetivo é pôr fim a outro expediente usa-

do por muitas instituições financeiras para não pagarem impostos.

Por essa manobra, os bancos e entidades financeiras em geral, após se beneficiarem da alíquota zero da Cofins, transferem os lucros para empresas coligadas não-financeiras, pagando menos CSLL. Isto ocorre porque empresas não-financeiras pagam alíquota maior na CSLL.

De acordo com Everardo Maciel, boa parte das alterações na legislação do Imposto de Renda promovidas pela Medida Provisória editada na segunda-feira também foram voltadas para o fechamento de brechas fiscais.

Durante a elaboração do pacote fiscal, os técnicos da Receita constataram que o setor financeiro é um dos que pagam menos impostos. Só para se ter uma idéia, até outubro deste ano o governo arrecadou R\$ 5,6 bilhões com a CSLL das empresas não-financeiras, enquanto as financeiras pagaram apenas R\$ 1,3 bilhão. No Imposto de Renda, a história se repete: a arrecadação dos bancos representa apenas 14,7% do imposto pago pelas empresas neste ano.